

Artigos Originais

O tema aborto na graduação em enfermagem e medicina

The abortion issue in undergraduate nursing and medicine

Mariana Nogueira Marconsin¹

Mariane Marçal¹

Jéssica Xavier¹

Leila Rangel da Silva²

Adriana Lemos³

¹Acadêmica de enfermagem, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ - Brasil

²Professora Associada, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ - Brasil

³Professora Adjunta, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ - Brasil

RESUMO - Este estudo teve por objetivo identificar o tema aborto nos programas de disciplinas das áreas de saúde da mulher, saúde coletiva e saúde do adolescente dos cursos de graduação em Enfermagem e Medicina das universidades públicas do Estado do Rio de Janeiro. Durante o ano de 2011, foram analisados 30 programas de disciplinas da graduação em Enfermagem e 18 da graduação em Medicina por meio da técnica de análise de conteúdo temática. Observou-se a presença do tema aborto em dois programas de disciplinas de Enfermagem e em um programa de disciplina de Medicina. Outros temas relacionados ao aborto também foram observados poucas vezes, além da desatualização da maioria dos programas de disciplinas e a não padronização dos mesmos, seja de uma mesma escola ou entre as Universidades. Ensinar o tema aborto, tanto sob o enfoque biomédico, quanto à luz dos direitos humanos sexuais e reprodutivos, da humanização da assistência e da educação em saúde, proporciona a formação de boas práticas profissionais aos estudantes de Enfermagem e Medicina.

Palavras-chave: Aborto; Direitos Sexuais e Reprodutivos; Programas de Estudo.

ABSTRACT - This study aimed to identify the topic of abortion programs in disciplines in the areas of women's health, public health and the adolescent health in nursing degree courses and in Medicine at the universities of the State of Rio de Janeiro. We analyzed 30 programs of undergraduate nursing courses and 18 of undergraduate medicine courses through the technique of thematic content analysis. During the year 2011, we observed the presence of the term abortion in two programs of undergraduate courses in Nursing and a program of undergraduate course in Medicine. Other terms relating to abortion were also observed infrequently, and the downgrade of most programs of disciplines and non-standardization of the same, either within the same school or between universities. Teaching the abortion issue, both from the biomedical approach, as the light of the sexual and reproductive rights, the quality care and health education, provides training to students with good professional practice of nursing and medicine.

Keywords: Abortion; Sexual and Reproductive Rights; Study Programs.

1. INTRODUÇÃO

Espera-se que o ensino/aprendizado desenvolvido durante um curso de graduação em saúde, tanto em Enfermagem quanto em Medicina, seja aplicado na prática profissional na atenção à saúde da população. A abordagem do tema aborto dentro da perspectiva dos direitos humanos sexuais e reprodutivos pode facilitar a atuação desse futuro profissional na atenção à mulher em situação de abortamento, seja ele inseguro ou não.

Em 1983, o Ministério da Saúde lançou o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher¹ (PAISM), anunciado como uma nova e diferenciada abordagem da saúde da mulher. O PAISM trouxe uma proposta de mudança na maneira como até então a saúde das mulheres era tratada, bem como a incorporação em

seu conteúdo dos princípios de integralidade e universalidade da atenção à saúde e dos direitos reprodutivos.

Os direitos sexuais e reprodutivos ou direitos humanos sexuais e reprodutivos implicam na saúde reprodutiva de um indivíduo, seja sobre a sua escolha sexual ou sobre o momento em que deseja ter filhos e quantos. Além disso, abrangem toda e qualquer

Autor correspondente

Mariana Nogueira Marconsin

Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Rua São Francisco Xavier, n.524, Bloco D, sala 801.

Rio de Janeiro, RJ – CEP: 20550-900.

Tel: (21) 25877367.

Email: mari_marconsin@yahoo.com.br

Artigo encaminhado: 10/12/2012

Aceito para publicação: 20/02/2013

pessoa e se incluem no status de direitos humanos e devem ser reconhecidos no mesmo patamar dos direitos sociais e econômicos². Nota-se, então, a importância da abordagem do tema na graduação dos cursos de Enfermagem e Medicina, contribuindo na formação profissional e na melhoria da atenção em saúde, de forma humanizada.

No cenário nacional, vários são os instrumentos para a promoção e garantia dos direitos humanos sexuais e reprodutivos no âmbito das políticas públicas. Dentre eles destacam-se os seguintes: Atenção Humanizada ao Abortamento: Norma Técnica³ e também os Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos: Uma Prioridade do Governo⁴. Tais publicações definem a humanização da assistência em saúde, descrevem que a privacidade e autonomia materna devem ser preservadas e também abordam as questões sexuais e reprodutivas na perspectiva dos direitos humanos. Em 2004, o Ministério da Saúde lançou a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher com o objetivo de incluir o enfoque de gênero; o conceito de promoção da saúde e a atenção a grupos excluídos, como as mulheres rurais, as deficientes, negras, lésbicas, entre outros grupos⁵.

O conceito de atenção integral à saúde da mulher redimensiona o significado do corpo feminino no contexto social e expressa uma mudança de posição das mulheres no que se refere ao seu tratamento em sociedade. No contexto do PAISM, as mulheres deixam de ser vistas apenas como parideiras, e o cuidado de sua saúde não deve mais restringir-se à atenção pré-natal, ao parto e puerpério, pois, até então, a assistência era prioritariamente direcionada ao binômio materno-infantil, de modo que a mulher era vista somente como genitora/mãe. As questões fora do período gravídico não eram sistematizadas na política de atenção a este grupo populacional⁶. Uma das ações do PAISM visa evitar o aborto provocado, mediante a prevenção da gravidez indesejada, a partir de ações educativas e da oferta de contraceptivos.

Passados mais de vinte anos do lançamento do PAISM, o aborto é considerado um grave problema de saúde pública no Brasil, tanto pelo número de casos, quanto pelo investimento financeiro que é solicitado para equacionar as questões de tratamento e sua relação com as taxas de mortalidade materna. Enfrentar com seriedade esse fenômeno significa entendê-lo como uma questão de cuidados em saúde e direitos humanos. O maior desafio para o cálculo da magnitude do aborto no Brasil é a dificuldade de acesso a dados fidedignos, além do alto número de mulheres que omitiram ter induzido um aborto nas

pesquisas realizadas através de questionários com perguntas diretas⁷.

Porém, a partir do dossiê sobre aborto inseguro no Estado do Rio de Janeiro⁸ realizado em duas maternidades, através também de pesquisas anteriores no Departamento de Informática do SUS (DATASUS), e das falas das mulheres e dos profissionais de saúde, foi construído um panorama sobre a qualidade da assistência em dois municípios, e a etnografia da experiência das usuárias em processo de abortamento, descortinando a trama do atendimento e o impacto do abortamento inseguro na vida das mulheres e nos serviços públicos de saúde. Este dossiê apresentou algumas consequências do aborto inseguro, entre elas a mortalidade materna, marcada pela desigualdade social, discriminação e violência institucional contra as mulheres em situação de abortamento nos serviços de saúde⁸.

Até o ano de 2012, só havia dois permissivos legais no Brasil que davam à mulher vítima de estupro e à mulher que corre risco de vida, o direito de fazer o aborto. Em abril de 2012, o Supremo Tribunal Federal aprovou uma ampliação de permissivo legal, ao acrescentar o direito à interrupção da gravidez por anencefalia⁹. Salvo essas condições, o aborto é proibido. Todavia, a proibição legal não coíbe a prática e sim reforça a clandestinidade, que ocorre em todas as classes sociais, com mulheres de todas as idades e é relacionada ao alto nível de morbimortalidade materna, pois, os procedimentos são realizados em condições precárias e inseguras decorrentes de ambientes não apropriados, com pessoal tecnicamente desqualificado ou quando a mulher realiza uma auto-indução do processo abortivo, além disso, esses fatores dificultam a identificação da complexidade do aborto¹⁰.

O aborto é considerado um estigma em diversas partes do mundo. Tornar algo um estigma significa dizer que tal fato viola as expectativas sociais e configura um isolamento da sociedade para com aqueles que o cometem, caracterizando o preconceito e o tabu. Estudos relatam que o estigma não é exclusivo às mulheres em situação de abortamento e também incluem profissionais de saúde, amigos e familiares que apóiam as mulheres. Isso demarca mais um obstáculo na atuação dos profissionais médicos, enfermeiros, assistentes sociais e outros. As consequências hipotéticas nos estudos realizados, quanto ao estigma do aborto aos profissionais de saúde, incluem estresse, dificuldades profissionais com colegas e esgotamento profissional¹¹.

Estudo realizado com estudantes universitários do curso de Enfermagem identificou que a maioria dos acadêmicos se mostrou contrária à prática do aborto e sentem a necessidade de uma discussão mais ampliada, uma vez que a abordagem desta temática no curso foi superficial¹². Através de suas respostas foi possível perceber a valorização apenas de aspectos éticos, legais e biomédicos no ensinar acadêmico¹². Portanto, a formação profissional tem papel fundamental na construção de boas práticas não discriminatórias na atenção à saúde relacionada aos casos de aborto.

É possível que alguns ou muitos profissionais da área de saúde não se sintam confiantes em abordar o tema sexualidade, o que dificulta a orientação e a educação sexual dos jovens, inclusive durante a graduação¹³. Esses são fatores relevantes à formação acadêmica e reforçam a urgência de melhor planejamento e intervenção na educação sexual para adolescentes e adultos jovens, já que a vergonha, o preconceito, a repressão e a desinformação tornam as pessoas mais vulneráveis aos agravos de saúde¹⁴.

Após a reflexão de tais informações é possível questionar se o tema aborto está presente nos programas de disciplinas dos cursos de graduação em Enfermagem e Medicina, principalmente nas áreas de saúde da mulher, do adolescente e coletiva. Ademais, questiona-se também, se o contexto no qual está inserido o tema aborto é relacionado aos direitos humanos sexuais e reprodutivos ou se está exclusivamente vinculado ao conteúdo biomédico.

Desta forma esta pesquisa visa contribuir para o processo de mudança curricular a fim de formar profissionais que incorporem em suas práticas de atenção à saúde sexual e reprodutiva de mulheres, crianças e adolescentes a reflexão e a discussão do aborto como tema relevante e urgente na saúde pública promovendo, direta ou indiretamente, impactos nos índices de morbimortalidade materno-infantil.

2. OBJETIVOS

Este artigo tem por objetivo identificar a abordagem do tema aborto nos programas de disciplinas das áreas da saúde da mulher, saúde do adolescente e da saúde coletiva dos cursos de graduação em Enfermagem e Medicina das universidades públicas do Estado do Rio de Janeiro.

3. PERCURSO METODOLÓGICO

Este estudo constitui-se de uma pesquisa de natureza descritiva e caráter documental que apresenta dados

parciais da pesquisa Estudo das Práticas de Ensino nos Currículos de Graduação de Enfermagem e Medicina Quanto à Adequação dos Princípios do ECA e dos Direitos Humanos Sexuais e Reprodutivos, pertencente à linha de pesquisa Enfermagem e População: Conhecimentos, Atitudes e Práticas em Saúde Pública.

Participaram da pesquisa quatro escolas de Enfermagem e três escolas de Medicina. O estudo de campo desta pesquisa foi desenvolvido por meio de levantamento dos programas de disciplinas das áreas da saúde da mulher, saúde do adolescente e saúde coletiva nas sedes dos cursos de graduação em Enfermagem e Medicina das universidades públicas do Estado do Rio de Janeiro.

Aos coordenadores de curso foi solicitado programas de disciplinas das áreas citadas anteriormente, a eles foi esclarecido quanto ao desenvolvimento da pesquisa e, assim, assinaram o termo de consentimento para a disponibilização do material solicitado. Foi disponibilizado um total de quarenta e quatro programas de Enfermagem.

Na pré-análise desses programas adotaram-se critérios de exclusão, foram eles: programas que apresentam carga horária somente prática e programas de saúde da criança/adolescente com temas pertinentes somente à saúde da criança. Priorizaram-se, na escolha, programas presentes na rede de disciplinas obrigatórias, porém observou-se um programa de disciplina de caráter não obrigatório, que continha temas pertinentes à pesquisa, sendo então incluso na pré-análise e análise. Após essa filtragem, restaram trinta programas de disciplinas das áreas da saúde da mulher, saúde coletiva e saúde da criança/adolescente em Enfermagem.

As mesmas etapas que ocorreram na escolha dos programas no curso de graduação em Enfermagem também ocorreram no curso de Medicina. Foi enviado um total de quarenta e sete programas de disciplinas na pré-análise e dezoito foram selecionados para a análise. Para a análise documental foi utilizada a técnica de análise de conteúdo em sua modalidade “temática”¹⁵, a qual consiste em descobrir os “núcleos de sentido” que compõem a comunicação, e cuja presença ou frequência de aparição podem significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido, a fim de alcançar os objetivos desta pesquisa. No estudo, isso se deu através da busca por temas chaves relacionados à temática aborto.

Para a realização da análise dos programas de disciplina foi elaborada uma matriz contendo o nome da escola, nome da disciplina e os itens presentes em

um programa de disciplina: ementa, objetivos, conteúdo programático e referências bibliográficas.

Para manter as escolas/faculdades em sigilo, seus nomes foram substituídos da seguinte maneira: as escolas de Enfermagem correspondem às siglas EK, EX, EY e EZ; já as escolas de Medicina correspondem às siglas MK, MX e MY.

Esta pesquisa foi autorizada conforme o parecer número 025/2010 do Comitê de Ética e Pesquisa do Hospital Escola São Francisco de Assis da Escola de Enfermagem Anna Nery da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

4. RESULTADOS

A análise dos programas de disciplinas foi feita através da busca de temas-chaves. São eles: “aborto”; “direitos humanos sexuais e reprodutivos”; “políticas públicas e programas governamentais” (nesse grupo foram inclusos programas e políticas pertencentes a sua respectiva área, como por exemplo, o PAISM em saúde da mulher; o ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente – em saúde do adolescente; e a Lei Orgânica de Saúde na área de saúde coletiva, além de apenas o tema políticas públicas); e ainda, “humanização da assistência/humanização em saúde” e “educação em saúde”.

Após a análise dos trinta programas de disciplinas do curso de graduação em Enfermagem, pode-se afirmar através da contagem final, que o tema aborto está presente em dois programas de disciplinas como indicação nas referências bibliográficas; direitos humanos sexuais e reprodutivos aparecem apenas em um programa de disciplina; políticas públicas e programas governamentais em dezesseis programas de disciplinas; humanização em saúde em dois programas; e o tema educação em saúde em nove programas de disciplinas. A distribuição dos temas encontrados nas escolas/faculdade está representada na Tabela¹.

Tabela 1: Relação de temas encontrados nos programas de disciplinas do curso de graduação em Enfermagem.

Temas	EX	EY	EK	EZ	Total
1. Políticas públicas e programas governamentais	2	4	6	4	16
2. Direitos humanos sexuais e reprodutivos	0	0	1	0	1
3. Educação em saúde	2	0	3	4	9
4. Humanização em saúde	1	0	1	0	2
5. Aborto	0	0	2	0	2
6. Total	5	4	13	8	30

Em relação à análise dos dezoito programas do curso de graduação em Medicina, a palavra “abortamento” foi encontrada somente em um

programa de disciplina no item conteúdo programático. A incidência dos outros temas listados para busca que se relacionavam com a temática do aborto ocorreu da seguinte forma: o tema políticas públicas e programas governamentais apareceu em seis programas de disciplinas; os direitos humanos sexuais e reprodutivos não apareceram em nenhum dos programas de disciplinas; educação em saúde mostra ocorrência em dois programas de disciplinas e o tema humanização em saúde aparece em apenas um programa. A relação dos temas encontrados por escolas/faculdades está representada na Tabela 2.

Tabela 2: Relação de temas encontrados nos programas de disciplinas do curso de graduação em Medicina.

Temas	MX	MY	MK	Total
1. Políticas públicas e programas governamentais	5	1	0	6
2. Direitos humanos sexuais e reprodutivos	0	0	0	0
3. Educação em saúde	0	2	0	2
4. Humanização em saúde	1	0	0	1
5. Aborto	0	0	1	1
6. Total	6	3	1	10

Durante a análise documental de ambos os cursos constatou-se que poucas vezes os assuntos citados no conteúdo programático apresentavam referências bibliográficas cabíveis a eles. Além disso, diversos programas traziam referências bibliográficas desatualizadas, mostrando a necessidade da revisão do programa de disciplina e sua atualização. Em virtude da importância do item “referências bibliográficas”, vale apresentar os Gráficos 1 e 2, que ilustram os temas identificados nos itens ementa, objetivos, conteúdo programático e quando eles são indicados como referências bibliográficas. Para a montagem dos mesmos, foi contabilizada a quantidade de vezes que o tema aparecia nos programas de disciplinas.

Gráfico 1: Temas encontrados nos itens ementa, objetivos e conteúdo programático x temas encontrados nas referências bibliográficas do curso de graduação em Enfermagem

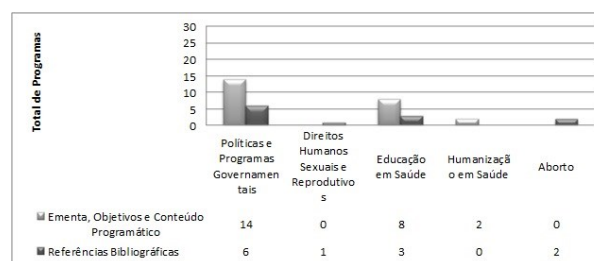
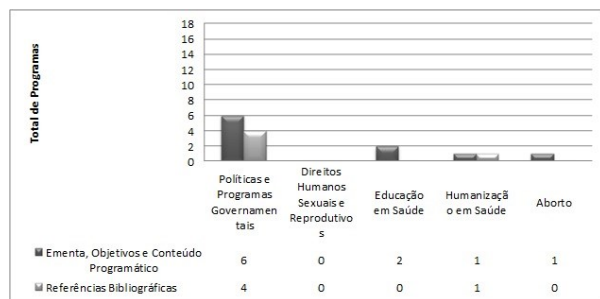


Gráfico 2: Temas encontrados nos itens ementa, objetivos e conteúdo programático x temas encontrados nas referências bibliográficas do curso de graduação em Medicina.



Observa-se que menos da metade das vezes em que o tema políticas públicas e programas governamentais foi identificado nos programas de disciplinas ele foi também visto nas referências bibliográficas. Isso também ocorreu com o tema educação em saúde. Do total dos trinta programas de disciplinas da graduação em Enfermagem, o tema humanização em saúde não foi identificado nas referências bibliográficas de nenhum deles. Em relação ao curso de Medicina, observa-se que o tema aborto foi visto no item conteúdo programático de somente um programa de disciplina. O tema humanização em saúde apareceu no item ementa e também como referência bibliográfica de um mesmo programa de disciplina.

Em ambos os cursos foram encontradas semelhanças no material analisado: alguns programas de disciplinas que tratam de determinado tema não o trazem nas referências bibliográficas, como é o caso de políticas públicas e programas governamentais. Além disso, alguns temas só aparecem na ementa ou nos objetivos da disciplina, nem mesmo no conteúdo programático são visualizados.

5. DISCUSSÃO

O fato de, no curso de graduação em Enfermagem, o tema aborto só ter sido identificado duas vezes nas referências bibliográficas infere que o tema ainda é pouco abordado durante a graduação. De qualquer forma, por se tratar de uma análise de programas de disciplinas – os quais muitas vezes estavam desatualizados e/ou não padronizados – não há como garantir que a temática sobre aborto não seja abordada em sala de aula. Inclusive, é possível constatar a presença de outros temas possíveis de serem relacionados ao tema aborto em sala de aula. Bem como quanto à graduação em Medicina, na qual somente uma vez o tema abortamento foi visualizado

em um contexto inteiramente hospitalar. Ressalva-se que o docente é o sujeito em sala de aula com iniciativa para tratar o aborto na perspectiva dos direitos humanos sexuais e reprodutivos, inclusive quando o tema aborto está presente em outro contexto num programa de disciplina

A publicação *Parto, Aborto e Puerpério: Assistência Humanizada à Mulher*¹⁶, do Ministério da Saúde, fundamental tanto para a mudança da assistência à saúde da mulher, quanto para a formação acadêmica, foi encontrada somente em dois programas de disciplinas do curso de graduação em Enfermagem.

A ampliação da abordagem do tema aborto na formação acadêmica em Enfermagem e Medicina se mostra uma necessidade perante a realidade da atuação desses profissionais frente ao atendimento às mulheres submetidas a qualquer tipo de aborto, seja ele inseguro ou não. Segundo o relatório “Aborto e Saúde Pública: 20 anos”¹⁷, pode-se afirmar que:

O que há de sólido no debate brasileiro sobre aborto sustenta a tese de que “o aborto é uma questão de saúde pública”. Enfrentar com seriedade esse fenômeno significa entendê-lo como uma questão de cuidados em saúde e direitos humanos, e não como um ato de infração moral de mulheres levianas¹⁷.

Todas as mudanças ocorridas ao longo dos anos na formação acadêmica em Enfermagem procuraram e procuram estabelecer medidas de adequação à sociedade brasileira e suas necessidades¹⁸. Quanto à formação em Medicina, as mudanças que ocorrem procuram introduzir conceitos de ética e bioética como matéria, a fim de dar ao médico uma visão mais ampla do ser humano e a visão do papel social do médico e do médico cidadão, em uma nova construção de um pensamento médico moderno¹⁹. Na elaboração geral de cursos e currículos, a multidisciplinaridade é a forma mais simples e frequentemente usada em qualquer parte do mundo. A interdisciplinaridade, por sua vez, é um pouco mais difícil, porém é a marca de certas áreas do saber, como a biologia, química, geologia, física, entre outras. É oportuno acentuar que toda essa dificuldade decorre da tradição histórica de produzir e transmitir conhecimento em forma de disciplinas, o que descaracteriza a unidade existente na ciência. É evidente a importância de currículos integrados, sem disciplinas isoladas. O currículo deve representar a visão de mundo percebida pela escola e seus professores²⁰.

As Diretrizes Curriculares Nacionais objetivam o perfil do egresso/profissional em Enfermagem, sendo ele “qualificado para o exercício de Enfermagem, com base no rigor científico e intelectual e pautado em princípios éticos”²¹ e também “capacitado a atuar, com senso de responsabilidade social e compromisso com a cidadania, como promotor da saúde integral do ser humano”²¹. Bem como no curso de graduação em Medicina no qual o perfil do egresso/profissional se encontra:

capacitado a atuar, pautado em princípios éticos, no processo de saúde-doença em seus diferentes níveis de atenção (...) na perspectiva da integralidade da assistência, com senso de responsabilidade social e compromisso com a cidadania, como promotor da saúde integral do ser humano”²¹.

A formação acadêmica vai além do aprendizado técnico, o qual ainda é o verdadeiro foco dos cursos de graduação em saúde, onde as formações são, majoritariamente, de caráter biomédico e hospitalocêntrico:

Assim, formar-intervir-mudar é um exercício que não deveria se restringir ao mundo das ciências biomédicas, mesmo que associadas às disciplinas humanísticas. É necessário que as universidades e seus cursos formem cidadãos-trabalhadores da saúde que compreendam e tenham condições de interferir sobre múltiplos campos que conformam diversos planos de forças que interferem e muitas vezes definem seus processos de trabalho. Dessa forma, a exigência é que formemos trabalhadores da saúde com capacidade técnica e política para construir novas realidades institucionais e novas práticas, mais eficazes, mais justas e igualitárias²².

A presença do tema aborto em poucos programas de disciplinas dos cursos de graduação em Enfermagem e Medicina demonstra a falta de importância atribuída ao tema durante a formação acadêmica. A inserção da discussão acerca do aborto nos cursos de Enfermagem e Medicina, principalmente por ser um sério problema de saúde pública, é de imensa necessidade para a mudança à forma humanizada da assistência nas práticas profissionais nos serviços de saúde, uma vez que pesquisas ressaltam a violência dos profissionais para com as

mulheres em situação de abortamento, independente de ser inseguro ou espontâneo⁸.

Uma pesquisa no Canadá realizou uma comparação entre os estudantes do segundo ano do ensino médio e os estudantes do quarto ano, de uma escola de medicina, quanto aos conhecimentos que os mesmos tinham sobre o aborto através da utilização de um questionário. Observou-se que os acadêmicos de medicina tiveram um desempenho melhor que os alunos do segundo ano, porém ambas as classes demonstraram uma compreensão ainda ínfima sobre aborto. A pesquisa afirma que os acadêmicos de medicina possuem conhecimento insuficiente para aconselhar adequadamente mulheres que enfrentam uma gravidez indesejada²³.

Atualmente, existem muitos relatos de atendimentos que violentam a integralidade da mulher em situação de abortamento, a qual muitas vezes já se encontra em uma situação dolorosa. A formação de boas práticas profissionais deve iniciar durante o processo de ensino-aprendizagem, em sala de aula. Dessa forma, a abordagem do tema sob a ótica dos direitos, da humanização da assistência e da educação em saúde, sobretudo com respaldo nas políticas de saúde e programas governamentais, se faz essencial para um aprendizado sólido.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fato de o tema aborto estar presente apenas duas vezes nos programas de disciplinas no curso de graduação em Enfermagem, e somente uma vez nos programas da graduação em Medicina revela que os programas de disciplinas não estão apropriados para uma formação que garanta o aprendizado sobre o aborto para além de sua concepção biomédica, que incorpore as suas dimensões sociais, éticas e de direitos humanos sexuais e reprodutivos.

De qualquer forma, é válido ressaltar que esta análise somente possibilitou ver dados presentes nos programas de disciplinas. Um aspecto importante é que, em geral, os programas apresentavam referências desatualizadas, o que pode refletir nos resultados obtidos e na discussão desse estudo. Talvez possa até mesmo refletir no desenvolvimento da disciplina no decorrer do semestre, pois um programa de disciplina atualizado auxilia também o docente na sua prática profissional.

A realidade atual dos atendimentos por profissionais da Enfermagem e da Medicina às mulheres em situação de abortamento pode ser um

espelho do que é lecionado em sala de aula. Existe ainda, a necessidade da abordagem do tema aborto sob outras óticas que não sejam somente as de enfoque biomédico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Brasil. Ministério da Saúde. Atenção integral à saúde da mulher: bases da ação programática. Brasília: Ministério da Saúde; 1984.
2. Petchesky RP. Rights and needs: rethinking the connections in debates over reproductive and sexual rights. *Health Hum Rights* 2000; 4(2):17-29.
3. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Atenção humanizada ao abortamento: norma técnica. Brasília: Ministério da Saúde; 2011.
4. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Direitos sexuais e direitos reprodutivos: uma prioridade do governo. Brasília: Ministério da Saúde; 2005.
5. Brasil. Ministério da Saúde. Política nacional de atenção integral à saúde da mulher: princípios e diretrizes. Brasília: Ministério da Saúde; 2011.
6. Pereira AL. (Tese). Ações educativas em contracepção: teoria e prática dos profissionais de saúde. Instituto de Medicina Social/UERJ, Rio de Janeiro. 2008.
7. Monteiro MFG, Adesse L. Magnitude do aborto no Brasil: uma análise dos resultados de pesquisa. Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2007.
8. Galli B, Viana P, Shiraiwa T. Dossiê sobre aborto inseguro para advocacy: o impacto da ilegalidade do abortamento na saúde das mulheres e na qualidade da atenção à saúde reprodutiva no estado do Rio de Janeiro. Recife: Grupo Curumin/Rio de Janeiro: Ipas Brasil; 2010.
9. Pimentel C, Jinkings D. Anencefalia: STF aprova interrupção da gravidez. Disponível em: <http://www.agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-04-12/anencefalia-stf-aprova-interruptao-da-gravidez.htm>. Acesso em 16. 04. 2012.
10. Soares MCS, et al. Práticas de enfermagem na atenção às mulheres em situação de abortamento. *Rev RENE* 2012; 13(1):140-6.
11. Norris A, et al. Abortion Stigma: A Reconceptualization of Constituents, Causes, and Consequences. *Rev Women's Health Issues* 2011; 21(S3): S49-S54. Disponível em: <http://www.guttmacher.org/pubs/journals/Abortion-Stigma.pdf>. Acesso em 14. 04. 2013.
12. Góes FG, Lemos A. O que pensa e o que diz o acadêmico de enfermagem sobre o aborto provocado. *Rev Pesqui Cuid Fundam* 2010; 2(2):913-21.
13. Cano MAT (Tese). A percepção dos pais sobre sua relação com os filhos adolescentes: reflexos da ausência de perspectivas e as solicitações de ajuda. Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto/USP, Ribeirão Preto. 1997.
14. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Assistência à Saúde. Coordenação Geral do PN DST/AIDS. Drogas, AIDS e sociedade. Brasília: Ministério da Saúde; 1995.
15. Bardin L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70; 2006.
16. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Área Técnica de Saúde da Mulher. Parto, aborto e puerpério: assistência humanizada à mulher. Brasília: Ministério da Saúde; 2001.
17. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Ciência e Tecnologia. Aborto e saúde pública no Brasil: 20 anos. Brasília: Ministério da Saúde; 2009.
18. Ito EE, et al. O ensino da enfermagem e as diretrizes curriculares nacionais. *Rev Esc Enferm USP* 2006; 40(4):570-5.
19. D'Ávila RL. A codificação moral da medicina: avanços e desafios na formação dos médicos. *Rev Bras Saúde Matern Infant* 2010; 10(Supl 2):S399-408.
20. Silva MJ, Sousa EM, Freitas CL. Formação em enfermagem: interface entre as diretrizes curriculares e os conteúdos de atenção básica. *Rev Bras Enferm* 2011; 64(2):315-21.
21. Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. Diretrizes curriculares para os cursos de graduação. Resolução CNE/CES n. 3, de 7 de novembro de 2001. Brasília: Ministério da Saúde; 2001.
22. Pasche DF. Humanizar a formação para humanizar o SUS. In: Ministério da Saúde (org.). *Cadernos HumanizaSUS*. v. 1. 1ed. Brasília: Ministério da Saúde; 2010. p. 63-71.
23. Cessford TA, Norman W. Making a Case for Abortion Curriculum Reform: A Knowledge-Assessment Survey of Undergraduate Medical Students. *Rev. J Obstet Gynaecol Can* 2011; 33(1): 38-45. Disponível em: http://www.jogc.org/abstracts/full/201101_Education_1.pdf. Acesso em 16. 04. 2013.